



CONTRATO Nº...../.....

PAD nº 1912/2020

**MINUTA DO CONTRATO
ANEXO VI**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, que entre
si fazem o TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO PARANÁ e a empresa
.....**

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 8.666 de 21.06.93 e legislações pertinentes, e em conformidade com o Termo de Abertura de Licitação nº 23/2020, Pregão Eletrônico nº...../..., PAD nº 1912/2020 e a Proposta Vencedora, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa,

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ sob nº. 03.985.113/0001-81, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, bairro Prado Velho, Curitiba/PR, CEP 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa:

....., inscrita no CNPJ sob o nº
....., com sede na rua, nº, sala
....., bairro:, cidade:, CEP:, telefones:
....., e-mails:....., neste ato representada
por....., portadora do CPF sob o nº, doravante
denominada CONTRATADA, tem entre si justo e acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **alarme monitorado** nos Fóruns Eleitorais do Estado do Paraná, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, de forma ininterrupta, com atendimento de emergência por meio de patrulhamento móvel.

1.2 - A prestação dos serviços se dará nos Fóruns Eleitorais do Interior do Estado do Paraná, conforme itens a seguir e a “Relação de Fóruns a serem atendidos, agrupados por Região” – Anexo I “A”:

(adequar conforme o(s) item(ns) contratado(s))

- a) **Item 1:** Fóruns Eleitorais da Região 5-A;
- b) **Item 2:** Fóruns Eleitorais da Região 9-A.

1.3 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no edital de Licitação e seus anexos, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1 - De acordo com o art. 55 da Lei 8.666/93, a prestação dos serviços, objeto deste contrato, será realizada por **regime de Empreitada por preço global e Tarefa**.

2.2 - DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO: os Fóruns Eleitorais que compõem cada Região foram divididos em alíneas (a e b), dependendo do serviço a ser realizado, conforme abaixo:

2.2.1- Alínea “a” do Anexo I A - Monitoramento para Fóruns que possuem o equipamento de alarme já instalado e pertencente ao TRE/PR: o serviço compreende a revisão da central de alarme de propriedade do TRE/PR, bem como dos componentes acessórios, já instalados, o monitoramento, o atendimento de emergência por meio de patrulhamento móvel e as manutenções corretivas e preventivas;

2.2.2 - Alínea “b” do Anexo I A - Monitoramento mediante locação de sistema de alarme: o serviço compreende a instalação da central de alarme e componentes acessórios de propriedade da contratada, mediante locação, o monitoramento, o atendimento de emergência por meio de patrulhamento móvel e as manutenções corretivas e preventivas.

2.3 - DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS:

2.3.1 - O serviço de alarme monitorado consiste no monitoramento remoto mediante utilização de centrais de alarmes monitoradas por sensores, ligadas a central de monitoramento, bem como, vistoria de pronta resposta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, de forma ininterrupta.

2.3.2 - Para atender ao item 2.2.1, a contratada deverá executar a revisão, reprogramação e configuração do sistema de alarme instalado em, **no máximo, 10 (dez) dias úteis contados a partir da assinatura do contrato**, podendo ser prorrogado a critério do Gestor. O serviço de revisão consiste em uma inspeção ao estado geral dos equipamentos - sinais e teste de funcionamento, além da carga da bateria.

2.3.2.1 - Caso seja detectada a necessidade de conserto ou substituição de peças, a contratada deverá emitir um laudo técnico especificando o problema, informando o custo dos serviços/peças e enviar, por e-mail, ao fiscal do contrato. O fiscal deverá realizar pesquisa junto a três fornecedores com o objetivo de confirmar se os valores informados pela contratada estão de acordo com o praticado no mercado.

2.3.2.2 - Na hipótese de não haver recuperação da central de alarme do TRE/PR, a contratação será continuada conforme item 2.2.2.

2.3.2.2.1 - A central de alarme, de propriedade do TRE/PR, deverá ser desinstalada

por completo. Todos os componentes e acessórios, como central, sensores, fiações, baterias, teclado, módulo GPRS etc. deverão ser embalados e entregues ao fiscal do contrato. Em hipótese alguma a central de propriedade do TRE/PR deverá ser recolhida pela CONTRATADA;

2.3.3 - Para atender ao item 2.2.2, a contratada deverá fornecer todo o material necessário e instalar um kit de alarme, bem como, executar a sua configuração e programação, sem ônus para a contratante, em, **no máximo, 10 (dez) dias úteis contados a partir da assinatura do contrato**, podendo ser prorrogado a critério do Gestor. Cada kit de alarme a ser fornecido incluirá, **no mínimo**, os seguintes componentes:

- a) 1 (Uma) central de alarme GPRS;
- b) 1 (Um) Receptor Universal;
- c) 1 (Um) Controle;
- d) 1 (Uma) Sirene;
- e) 14 (Quatorze) Sensores Infravermelhos Passivo 30kg com Fio;
- f) 1 (Uma) Bateria Selada, compatível com a central e seus componentes;
- g) Fiação necessária.
- h) Botão de pânico FIXO, para uso exclusivo quando necessário acionar a Polícia Militar, e que será instalado em local determinado pelo representante do Fórum.

2.3.3.1 - Na hipótese de haver central de alarme já instalada, **que não seja de propriedade do TRE/PR**, ela será desinstalada por completo, ou seja, retirando todos os componentes e acessórios, tais como a central, sensores, fiações, baterias, teclado, módulo GPRS, etc. A central e seus componentes deverão ser embalados e entregues ao fiscal do contrato.

2.3.4 - No caso de **fornecimento de peças no decorrer do contrato**, cujo custo deva ser arcado pelo CONTRATANTE:

- a) As peças/equipamentos adquiridas pela CONTRATADA e substituídas no sistema terão como garantia mínima a indicada pelo fabricante e os serviços de instalação garantia de 03 (três) meses, contados do recebimento definitivo pelo gestor da contratação;
- b) A CONTRATADA deverá atender aos chamados do TRE/PR durante o período de garantia, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do comunicado do fiscal, sem qualquer ônus adicional, procedendo a substituição da peça defeituosa.
- c) Se constatado qualquer defeito/imperfeição dos equipamentos, durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá providenciar a correção no prazo de 02 (dois) dias úteis.
- d) A garantia dos equipamentos adquiridos será contra quaisquer vícios de qualidade e/ou defeito que vierem a ser constatados e que impeçam ou limitem seu uso antes do término do referido prazo.
- e) A obrigação de substituição do item coberto pela garantia será de responsabilidade da CONTRATADA, que deverá contatar o fabricante, se for o caso.

2.3.4.1 - Em todos os casos de entrega ou retirada dos materiais durante o período de garantia, os custos de transporte serão arcados exclusivamente pela CONTRATADA, sem qualquer ônus adicional para o TRE/PR.

2.3.5 - É de responsabilidade da CONTRATADA nas **manutenções dos equipamentos de propriedade do TRE/PR** (Item 2.2.1):

- a) A manutenção corretiva do sistema, bem como a substituição das peças danificadas;
- b) As manutenções corretivas, em caráter de urgência, poderão ser realizadas fora do horário de expediente quando agendadas diretamente com o responsável pelo Fórum (fiscal do contrato) e autorização.

2.3.5.1 - Caso haja necessidade de substituição de peças na manutenção corretiva, a CONTRATADA apresentará ao responsável do Fórum um laudo técnico, com orçamento, para as providências de aquisição.

2.3.5.1.1 - Após receber o laudo técnico, com o orçamento, o fiscal deverá verificar se corresponde ao preço médio de mercado. Após análise o TRE/PR determinará a forma de fornecimento das peças, podendo ser por remessa de material em estoque, aquisição da contratada, ou, ainda, de outras empresas do mercado.

2.3.5.1.2 - Em qualquer um dos casos de substituição, caberá à CONTRATADA providenciar os serviços no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após a aprovação da execução dos serviços, sem ônus adicional ao contrato.

2.3.5.2 - Caso seja necessária a retirada do equipamento para conserto nas dependências da CONTRATADA, esta deverá disponibilizar equipamento backup com funcionamento pleno para não interromper o monitoramento. O equipamento backup deverá ser instalado no momento da retirada do equipamento defeituoso.

2.3.5.3 - No caso de aquisição de equipamentos da CONTRATADA, constatado qualquer defeito/imperfeição dentro do prazo de garantia, esta deverá providenciar a substituição no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contados do comunicado do respectivo fiscal do Fórum Eleitoral, sem quaisquer ônus adicionais à proposta.

2.3.5.4 - Havendo necessidade de execução de serviços não previstos no contrato, estima-se o valor de R\$300,00 (trezentos reais) para mão de obra durante a vigência do contrato, por fórum eleitoral (item 6.1.1 a);

2.3.5.5 - Havendo necessidade de aquisição de peças e/ou componentes para reparos do sistema de alarme, estima-se o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) para as peças durante a vigência do contrato, por fórum eleitoral (item 6.1.1 b);

2.3.5.6 - Os serviços de manutenção, inclusos no valor mensal pago à CONTRATADA, sem implicar em qualquer cobrança adicional, compreendem a configuração de senhas para servidores, a programação e reprogramação da central de alarme, a ampliação e mudança de pontos de sensores e serviços de substituição de peças e componentes.

2.3.6 - Nas **manutenções dos equipamentos de alarme locados (item 2.2.2)**, é de responsabilidade da CONTRATADA:

- a) A manutenção corretiva e preventiva do sistema, bem como a substituição das peças danificadas;
- b) As manutenções corretivas, em caráter de urgência, poderão ser realizadas fora do horário de expediente, após comunicação ao responsável pelo Fórum.

2.3.6.1 - A manutenção corretiva deve ser efetuada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, quando houver necessidade de substituição de peças, sem ônus para o contratante.

2.3.6.2 - A retirada do equipamento para conserto nas dependências da CONTRATADA, caso seja necessária, esta deverá disponibilizar equipamento backup

com funcionamento pleno para não interromper o monitoramento. O equipamento backup deverá ser instalado no momento da retirada do equipamento defeituoso.

2.3.6.3 - A manutenção preventiva, sem ônus para a CONTRATANTE, será pelo menos uma vez por mês, podendo ser presencial ou online. A manutenção online deverá ser precedida de comunicação ao fiscal do contrato.

2.3.6.4 - Os serviços de manutenção, inclusos no valor mensal pago à CONTRATADA, não poderão ter cobrança adicional nos casos de configuração de senhas para servidores, programação e reprogramação da central de alarme; ampliação e mudança de pontos de sensores e de substituição de peças e componentes.

2.3.7 - Da utilização da linha fixa do Fórum (backup)

2.3.7.1 - Poderá ser utilizada a linha telefônica do Fórum somente como Backup, sem necessidade de ressarcimento, desde que seja programada a operadora contratada pelo TRE/PR.

2.3.7.1.1 - Caso haja alteração da operadora, a CONTRATADA deverá reconfigurar o sistema para a nova operadora no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do responsável pelo Fórum.

2.3.7.1.2 - Todos os valores de pulsos efetuados por outra operadora, que não a contratada pelo TRE/PR, deverão ser ressarcidos pela CONTRATADA, mesmo após a vigência do contrato.

2.3.7.2 - Se houver falha no chip de transmissão de dados da central telefônica ou do aparelho de transmissão via rádio frequência para a central de monitoramento, e a transmissão ocorrer via backup (linha fixa do Fórum) a CONTRATADA deverá fazer o reparo em no máximo 48 (quarenta e oito) horas.

2.3.7.3 - Após o prazo previsto no item 2.3.7.2, todos os valores de pulsos e ligações efetuadas, deverão ser ressarcidos pela CONTRATADA, mesmo após a vigência do contrato.

2.3.7.3.1 - Esse ressarcimento será comunicado à CONTRATADA pelo gestor, o qual enviará a GRU (Guia de Recolhimento da União) com o respectivo prazo para recolhimento aos cofres públicos.

2.3.8 - Do sistema de monitoramento

2.3.8.1 - A central de alarme deverá permitir:

- a) A programação de senhas individualizadas;
- b) O registro eletrônico de todas as operações efetuadas pelos usuários registrados, tais como acionamento e desativação do sistema;
- c) Emitir sinal de disparo do alarme para as sirenes e para a central de monitoramento da CONTRATADA;
- d) Evitar “pontos cegos” aos sensores no ambiente, por exemplo, portas e janelas.

2.3.8.2 - A central de alarme deverá ser operada por pessoal especializado e funcionar no prédio da CONTRATADA.

2.3.8.3 - A comunicação da central de alarme com a unidade de operação da empresa deverá ser por via GPRS, com chip fornecido pela CONTRATADA, sem ônus à CONTRATANTE.

2.3.8.4 - O operador do sistema deverá trabalhar em conjunto com o patrulhamento móvel, durante 24 (vinte e quatro) horas diárias ininterruptas, incluindo sábados, domingos e feriados.

2.3.8.5 - O serviço de atendimento de emergência, por meio de patrulhamento móvel, deverá ser realizado por viatura caracterizada, devidamente identificada e por pessoas equipadas, treinadas e uniformizadas, **com atendimento no prazo máximo de 15 (quinze) minutos do acionamento do alarme.**

2.3.8.6 - A comprovação do atendimento de emergência deverá ser feito por controle eletrônico de ronda/visita (bastão, aplicativo, ou qualquer outro meio eletrônico ou fotográfico), que comprove a data e horário da visita, cujo relatório deverá ser enviado ao Fórum no primeiro dia útil após a ocorrência, ou quando solicitado, no **prazo máximo de 02 (duas) horas após a solicitação.**

2.3.8.7 - Quando da constatação da violação das dependências monitoradas, a CONTRATADA deverá contatar a polícia local, bem como o servidor do TRE/PR responsável pelo Fórum Eleitoral, além de assegurar a inviolabilidade das dependências até a chegada do servidor responsável.

2.3.8.8 - Os contatos dos servidores responsáveis pelos Fóruns deverão ser obtidos diretamente nos respectivos Fóruns.

2.3.9 - Do recebimento dos serviços

2.3.9.1 - O **recebimento provisório** relativo a cada cidade (de serviços, peças ou equipamentos) será realizado pelo fiscal do Fórum Eleitoral onde será feito a aquisição dos equipamentos e/ou instalação do sistema de alarme, preenchido conforme modelo de termo de recebimento provisório, anexo V do Edital, de acordo com os seguintes itens:

- a) Verificação dos equipamentos se novos e iguais ao contratado - antes da instalação;
- b) Verificação da marca dos componentes;
- c) Verificação da entrega de manuais;
- d) Verificação da aparência e funcionalidade;
- e) Verificar se todos os equipamentos (central, teclado, fiação, sensores etc) foram desinstalados antes da instalação da nova central, se for o caso;
- f) Atesto dos serviços realizados: teste de todos os sensores, teste da senha fornecida, teste de ativação e desativação da central.

2.3.9.1.1 - Feitas as verificações, será firmado Termo de Recebimento Provisório pelo fiscal do Fórum Eleitoral, conforme no anexo VI do Edital.

2.3.9.2 - O **recebimento definitivo** será realizado pelo gestor do contrato, de acordo com os seguintes itens:

- a) Verificação de cumprimento do prazo;
- b) Verificação do Termo De Recebimento Provisório.

2.3.9.3- Feitas as verificações, será firmado Termo de Recebimento Definitivo pelo gestor do contrato, conforme modelo padrão adotado por este Tribunal.

2.3.9.4 - A verificação da qualidade da prestação do serviço será realizada com base no Instrumento de Medição de Resultado - IMR (Anexo IV).

2.4- Da fiscalização e gestão da contratação

2.4.1 - A fiscalização e a gestão serão realizadas por servidores devidamente designados pela Administração, em consonância com o artigo 67, parágrafos 1.º e 2.º: da Lei nº 8.666/93.

2.4.2 - O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

2.4.3 - A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

2.4.4 - Nos termos da Lei nº 8666/93, art. 67, parágrafos 1.º e 2.º, caberá ao Fiscal:

- a) Acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa;
- b) Preencher o Termo de Recebimento Provisório quando da aquisição de equipamentos, substituição de peças e/ou instalação do sistema de alarme;
- c) Receber a Nota Fiscal enviada pela CONTRATADA e conferir se foi emitida com a glosa, se existir, imposta pelo Relatório de Falhas enviado para a empresa;
- d) Quando houver Processo Administrativo Digital (PAD) em trâmite colaborativo, após o recebimento da Nota Fiscal, incluir o Relatório e a Nota Fiscal, simultaneamente, no PAD e encerrar o trâmite colaborativo. Quando não houver PAD, enviar para o gestor do contrato por email;
- e) Comunicar à CONTRATADA via e-mail, carta ou ofício, fixando prazos para solucionar problemas, correções dos defeitos ou irregularidades encontradas na execução do objeto;
- f) Preencher o Relatório de Falhas (Anexo do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), parte integrante do contrato) e enviar, por e-mail, para a CONTRATADA, **até o quinto dia útil do mês seguinte ao da prestação do serviço**, a fim de que a CONTRATADA possa impugnar ou emitir a Nota Fiscal com o valor informado. O relatório poderá ser gerado por planilha eletrônica, ou outro meio, fornecido pelo gestor do contrato. O recesso do judiciário (artigo 62, inciso I, da Lei nº 5.010/66), que atualmente compreende o período de 20/12 até 06/01, não será considerado como dia útil para efeito do envio dos Relatórios do Instrumento de Medição de Resultado - IMR, por parte dos Fóruns, e das Notas Fiscais, por parte da CONTRATADA;
- g) Na ocorrência de manutenção corretiva ou serviços não inclusos no valor mensal do contrato, o fiscal deverá verificar no mercado a compatibilidade do orçamento apresentado pela CONTRATADA, vez que a autorização dos serviços dependerá da verificação da vantajosidade pelo TRE/PR;
- h) Fornecer à CONTRATADA os telefones de contato para acionamento em caso de violação das dependências;
- i) Atender aos chamados da CONTRATADA nos casos de violação das dependências do Fórum e, se for o caso, acionar a área de segurança do TRE/PR;

- j) Receber e relacionar as peças substituídas pela CONTRATADA, a fim de proceder ao correto descarte, de acordo com procedimentos padronizados pelo TRE/PR;
- k) Orientar os servidores e funcionários que o BOTÃO DE PÂNICO somente poderá ser acionado quando necessário o acionamento da Polícia Militar;
- l) Efetuar um teste quinzenal de acionamento do alarme para verificação do funcionamento e do atendimento da CONTRATADA;
- m) Efetuar um teste quinzenal de acionamento do botão de pânico para verificação do funcionamento e do atendimento da CONTRATADA. Antes de efetuar tal teste, ligar para a CONTRATADA para avisar que se trata apenas de um procedimento de verificação e que a CONTRATADA deverá ligar somente para o fórum após o recebimento do aviso de pânico, e que não há necessidade da contratada ligar para a Polícia Militar.

2.4.5 - O gestor do contrato será responsável por:

- a) Receber e atestar mensalmente a nota fiscal/fatura, por Fórum, dos serviços de monitoramento de alarme, junto com o Relatório de Falhas encaminhado pelo fiscal, de acordo com o prazo contratual, encaminhando-a ao setor responsável da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE/PR para pagamento;
- b) Receber e atestar a nota fiscal/fatura referente à aquisição de equipamentos e/ou instalação do sistema de alarme após verificação do Termo de Recebimento Provisório e preenchimento do Termo de Recebimento Definitivo;
- c) A abertura de processo (PAD) de fiscalização do contrato, por item (região);
- d) Orientar os fiscais da contratação;
- e) Realizar os procedimentos necessários à prorrogação do contrato, de acordo com a lei nº 8666/93;
- f) Analisar e encaminhar as reivindicações da contratada relativamente à revisão de preços, rescisão, questionamentos financeiros e outros;
- g) Adequar o objeto contratual, caso necessário;
- h) Se for o caso, criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à Coordenadoria de Segurança, Transporte e Apoio Administrativo (CSTA), devidamente instruído com todas as informações pertinentes constante de formulário específico, anexando-se cópia da comunicação, referente à intenção de abertura de Processo Administrativo, com o respectivo comprovante de recebimento pela CONTRATADA;
- i) Verificar se estão sendo cumpridas as obrigações contratuais assumidas pela contratada, bem como mantidas as condições de habilitação e de qualificação técnicas exigidas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

3.1 - Do alarme monitorado:

- a) Configurar e programar o sistema de alarme com a central de monitoramento em, no máximo, 10 (dez) dias úteis contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado a critério do Gestor contratual;

- b) Responsabilizar-se pelo funcionamento ininterrupto do sistema de alarme monitorado (todos os sensores em funcionamento), 24 (vinte e quatro) horas diárias, incluindo sábados, domingos e feriados;
- c) Efetuar a manutenção corretiva no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do chamado, quando houver necessidade de substituição de peças;
- d) Efetuar a manutenção corretiva no prazo máximo de 2 (duas) horas, a partir do chamado, quando não houver necessidade de substituição de peças podendo ser realizada de forma online, se possível;
- e) Disponibilizar equipamento backup, com funcionamento pleno para não interromper o monitoramento, caso seja necessária a retirada do equipamento para conserto nas dependências da CONTRATADA. O equipamento backup deverá ser instalado no momento da retirada do equipamento defeituoso;
- f) Efetuar manutenção preventiva, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, pelo menos uma vez por mês, podendo ser online, desde que informado ao fiscal antecipadamente;
- g) Fornecer o chip para monitoramento via GPRS, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE. Caso no município de prestação dos serviços seja inviável monitoramento via GPRS, a empresa deverá realizar o monitoramento via Rádio frequência, com o fornecimento em comodato de 01 (um) aparelho de Rádio frequência. Apenas em último caso realizar-se-á monitoramento via telefone, com as devidas explicações acerca da impossibilidade das vias de comunicação anteriores, a ser submetida formalmente à apreciação e autorização prévia do gestor do contrato;
- h) Informar ao gestor do contrato (seseg@tre-pr.jus.br), e aos respectivos fiscais nos Fóruns, os números dos telefones que serão utilizados pela empresa para o recebimento dos disparos dos alarmes, a fim de atender o item 2.3.7 do Termo de Referência - anexo I do Edital;
- i) Efetuar o atendimento, por meio do serviço de patrulhamento móvel, no prazo máximo de 15 (quinze) minutos após o acionamento do alarme e efetuar o registro da ronda/visita por meio do dispositivo utilizado pela CONTRATADA para este fim;
- j) Contatar a polícia do local do Fórum e o servidor do cartório quando da constatação da violação das dependências monitoradas, imediatamente após a ocorrência;
- k) Viabilizar a segurança das dependências monitoradas, em caso de violação, até a chegada do servidor ou da equipe de segurança do TRE/PR, o que deverá ocorrer em, no máximo, 8 (oito) horas após o acionamento;
- l) Reconfigurar o sistema para a nova operadora de telefonia dentro de 24 (vinte e quatro) horas após o comunicado do Gestor do contrato;
- m) Disponibilizar ao fiscal uma senha que possibilite ativar, desativar, incluir e excluir usuários na central, no máximo até o primeiro dia útil seguinte à instalação do sistema;
- n) Acionar, de imediato, a Polícia Militar da localidade do Fórum, quando do ACIONAMENTO DO BOTÃO DE PÂNICO;
- o) Durante o TESTE QUINZENAL DE ACIONAMENTO DO BOTÃO DE PÂNICO, ligar somente para o Fórum, e em hipótese alguma para a Polícia Militar.

3.2 - Dos relatórios gerenciais e outros:

- a) Enviar ao fiscal, por e-mail, relatório detalhado contendo usuário, data, hora e eventos, no prazo máximo de 2 (duas) horas após a solicitação;

- b) Enviar ao fiscal, por email, o relatório gerado pela manutenção preventiva, no prazo máximo de 2 (duas) horas após a solicitação;
- c) Enviar ao fiscal, por email, o relatório gerado pelo registro de ronda/visita, no prazo máximo de 2 (duas) horas após a solicitação.

3.3 - Do pessoal da contratada:

- a) Providenciar que os funcionários da CONTRATADA apresentem-se ao fiscal portando identificação, quando em serviço;
- b) Substituir qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento durante o atendimento de emergências ou na operação do sistema sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do Serviço Público;
- c) Responsabilizar-se por quaisquer danos provocados ao imóvel do contratante causados por imprudência ou imperícia na execução dos trabalhos pelos funcionários da contratada;
- d) Responsabilizar-se por todos os danos causados pela inadequada instalação do sistema de alarme.

3.4 - Do encerramento do contrato:

- a) Desprogramar o sistema de alarme de propriedade do TRE/PR com a central de monitoramento até o primeiro dia útil após o encerramento do contrato;
- b) Desprogramar o acionamento backup (utilização da linha fixa do cartório) até o primeiro dia útil após o encerramento do contrato;
- c) Retirar os equipamentos que pertençam à CONTRATADA até o quinto dia útil após o encerramento do contrato.
- d) Na hipótese de a empresa não retirar os equipamentos de sua propriedade, dentro do prazo do item 3.4 c), a nova empresa contratada providenciará a retirada dos equipamentos, que ficarão guardados no Fórum por 30 (trinta) dias. Caso não sejam retirados neste prazo, a empresa fica ciente de que os equipamentos serão considerados “equipamentos para o descarte”, o que será providenciado pelo fiscal do contrato.

3.5 - Da sustentabilidade e da segurança no trabalho

3.5.1 - A CONTRATADA deverá separar todo o lixo resultante das atividades, não deixando nenhum vestígio, para o descarte pelo TRE/PR.

3.5.2 - A contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da NR nº 6 do MTE.

3.5.3 - As peças substituídas de equipamentos de propriedade do TRE/PR deverão ser entregues ao fiscal do contrato no respectivo Fórum Eleitoral.

3.6 - Das demais obrigações da contratada:

- a) Apresentar ao TRE/PR, **em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato**, a emissão e o recolhimento da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART dos serviços de instalação e manutenção junto ao CREA/PR;
- b) Manter em local visível placa indicativa de monitoramento 24h com o nome da empresa a partir do primeiro dia de funcionamento do sistema;

- c) Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- d) Responsabilizar-se pelas despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.
- e) Manter atualizados os telefones e e-mail para contato do fiscal e do gestor do contrato;
- f) Atender às solicitações do fiscal ou do gestor do contrato, as quais serão feitas, prioritariamente, por email e, na urgência, também por telefone. A data e hora (da ligação ou do e-mail) serão utilizadas para o computo dos prazos contidos no contrato.
- g) Eventualmente, caso haja mudança de imóvel, o serviço poderá ser prestado em outros prédios (próprios, cedidos ou alugados), porém, dentro do mesmo Município; e caso seja necessário, a contratada deverá desinstalar os equipamentos e instalar em outro local sem gerar ônus para a contratante.
- h) Eventualmente, caso haja ampliação de imóvel, poderá ser solicitada a instalação de novos pontos de monitoramento caso eles sejam necessários para manter a integridade do sistema de vigilância eletrônica do Fórum, com ônus para a contratante, exceto se for central de alarme locada.

CLÁUSULA QUARTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

4.1 - Os recursos destinados à execução do presente contrato conforme abaixo:

Programa de Trabalho:;
 Nota de Empenho:emitida em/...../.....;
 Elemento de despesa:;
 Categoria Econômica: Custeio;
 SIASG: 14.826.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato vigorará pelo período de **30 (trinta) meses, a partir da data da assinatura**, podendo ser prorrogado, até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, ou rescindido antecipadamente a critério do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO

6.1- O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor mensal abaixo discriminado, totalizando para o período de **30 (trinta) meses**, o valor de **R\$.....** (.....), conforme a seguir discriminado

(adequar valor conforme o(s) item(ns) contratado(s))

ITEM 1 - Região 5-A: Fóruns atendidos					
"a" - Monitoramento para Fóruns com o equipamento de alarme já instalado					
FÓRUM	MONITORAMENT o Valor Mensal	Quantidade Meses MONITORAMENT O	LOCAÇÃO Valor Mensal e	Quantidad e Meses Locação	TOTAL DO FÓRU M

Alto Paraná		30		15	0,00
Centenário do Sul		30		15	0,00
Mandaguari		30		15	0,00
Marialva		30		15	0,00
Paranacity		30		15	0,00
Santa Fé		30		15	0,00

"b" - Monitoramento, mediante locação de sistema de alarme

FÓRUM	MONITORAMENTO Valor Mensal	Quantidade Meses MONITORAMENTO	LOCAÇÃO Valor Mensal	Quantidade e Meses Locação	TOTAL DO FÓRUM
Astorga		30		30	0,00
Cianorte		30		30	0,00
Colorado		30		30	0,00
Grandes Rios		30		30	0,00
Jandaia do Sul		30		30	0,00
Mandaguaçu		30		30	0,00
Maringá		30		30	0,00
Nova Esperança		30		30	0,00
Nova Londrina		30		30	0,00
Paraíso do Norte		30		30	0,00
Paranavaí		30		30	0,00
Sarandi		30		30	0,00
Terra Boa		30		30	0,00
Terra Rica		30		30	0,00

Valor total para a Região 5-A (a+b) - ITEM 1

0,00

ITEM 2 - Região 9-A: Fóruns atendidos

"a" - Monitoramento para Fóruns com o equipamento de alarme já instalado

FÓRUM	MONITORAMENTO Valor Mensal	Quantidade Meses MONITORAMENTO	LOCAÇÃO Valor Mensal	Quantidade e Meses LOCAÇÃO	TOTAL DO FÓRUM
Campina da Lagoa		30		15	0,00
Laranjeiras do Sul		30		15	0,00
Pitanga		30		15	0,00

"b" - Monitoramento, mediante locação de sistema de alarme					
FÓRUM	MONITORAMENT O Valor Mensal	Quantidade Meses MONITORAMENT O	LOCAÇÃO Valor Mensal	Quantidad e Meses LOCAÇÃO	TOTAL DO FÓRU M
Barbosa Ferraz		30		30	0,00
Campo Mourão		30		30	0,00
Cândido de Abreu		30		30	0,00
Cantagalo		30		30	0,00
Engenheiro Beltrão		30		30	0,00
Irati		30		30	0,00
Iretama		30		30	0,00
Ivaiporã		30		30	0,00
Mamborê		30		30	0,00
Manoel Ribas		30		30	0,00
Peabiru		30		30	0,00
Pinhão		30		30	0,00
Prudentópolis		30		30	0,00
São João do Ivaí		30		30	0,00
União da Vitória		30		30	0,00
Guarapuava		30		30	0,00
Palmital		30		30	0,00

Valor total para a Região 9-A (a+b) - ITEM 2	0,00
-----------------------------------------------------	-------------

6.1.1 - DOS CUSTOS ESTIMADOS: peças e serviços, conforme os itens 2.3.5.4 e item 2.3.5.5:

- a) Havendo necessidade de execução de serviços não previstos no contrato, estima-se o valor de **R\$300,00 (trezentos reais)** para mão de obra durante a vigência do contrato, por fórum eleitoral.
(adequar valor conforme o(s) item(ns) contratado(s))
Item 01: R\$300,00 x 20 fóruns = **R\$ 6.000,00**
Item 02: R\$300,00 x 20 fóruns = **R\$ 6.000,00**
- b) Havendo necessidade de aquisição de peças e/ou componentes para reparos do sistema de alarme, estima-se o valor de **R\$500,00 (quinhentos reais)** para as peças durante a vigência do contrato, por fórum eleitoral.
(adequar valor conforme o(s) item(ns) contratado(s))
Item 01: R\$500,00 x 20 fóruns = **R\$ 10.000,00**
Item 02: R\$500,00 x 20 fóruns = **R\$ 10.000,00**

6.2 - DO ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR:

6.2.1 - O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de medição de Resultado – IMR - anexo IV, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

6.2.2 - Ocorrerá glosa na Nota Fiscal, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados esperados, em sua totalidade, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, conforme a seguinte tabela de graus:

Tabela 1 - GRAUS

GRAU 1	GRAU 2	GRAU 3	GRAU 4
0,50%	1,50%	2,50%	3,00%

6.3 - Do documento fiscal:

6.3.1 - O documento fiscal deverá atender aos requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica – Nota Fiscal Eletrônica, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR por e-mail, seseg@tre-pr.jus.br, em formato PDF, ou emitido na forma física, devendo ser encaminhado à Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, 224, 1º andar, Curitiba/PR.

6.3.2 - O CNPJ cadastrado no sistema comprasnet/ documentos de habilitação deverá ser o mesmo para efeito de emissão da nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

6.3.3 - Caso a CONTRATADA não possa emitir a nota fiscal/fatura com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa. Nesse caso, ambos os CNPJs (matriz ou filial) deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente aos seguintes requisitos:

- CNPJ da CONTRATADA;
- CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores unitários e totais;
- Número do contrato;
- Banco, agência e conta corrente (obrigatoriamente da própria CONTRATADA).

6.4 - Das condições do pagamento:

6.4.1 - O pagamento somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade, a conformidade dos serviços prestados. O atestado será realizado obedecendo ao prazo e formulário específicos, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

6.4.2 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

6.4.2.1 - Prazo para apresentação da nota fiscal pela CONTRATADA será **até o 5º (quinto) dia do mês seguinte à prestação dos serviços.**

6.4.2.2 - Prazo para atestado da nota fiscal: **até 05 (cinco) dias úteis** a partir do aceite da nota fiscal pelo gestor, a qual deverá ser enviada pela empresa somente depois de cumpridas todas as exigências contratuais.

6.4.2.2.1 - A nota fiscal/ fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

6.4.2.3 - Prazo para **pagamento da Nota Fiscal**: até **20 (vinte) dias** após o atestado da nota fiscal pelo gestor.

6.4.2.3.1 - Se o valor da nota fiscal for até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais) o prazo para pagamento será de 05 (cinco) dias úteis após o atestado realizado pelo fiscal da contratação, conforme o disposto no art. 5º, § 3º da Lei nº 8.666/93.

6.5 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.5.1 - O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 6.3.3.

6.5.1.1 - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

6.5.2 - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste contrato.

6.5.3 - DA CORREÇÃO MONETÁRIA: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento e, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

6.6 - Da regularidade fiscal:

6.6.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

6.6.1.1 - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

6.6.1.1.1 - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste contrato.

6.6.2 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

6.6.2.1 – O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

7.1 – Da substituição tributária:

7.1.1 - Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme art. 64 da Lei nº 9.430/96 da IN RFB nº 1234/12, IN RFB nº 971/09, L.C nº 116/2003 e L.C nº 123/06, conforme o objeto da contratação.

7.2 – Dos tributos federais:

7.2.1 - Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB nº 1234/12.

7.2.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

7.2.3 - A nota fiscal, cuja empresa CONTRATADA seja Optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do art. 6º da IN RFB nº 1234/12- anexo IV.

7.3 - Da retenção previdenciária:

7.3.1 - Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no art. 112, sobre os serviços elencados nos arts. 117 e 118 da IN RFB nº 971/09.

7.4 - Da retenção do ISS:

7.4.1 - Sobre serviços, poderá ocorrer a retenção do ISS, quando o objeto da contratação se enquadrar no inc. II, do § 2º do art.6º da L. C nº 116/03.

7.4.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da L.C nº 123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

7.5 - Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTE E DA REVISÃO

8.1 - O contrato será reajustado de acordo com a Lei nº 8.666/93, após decorridos 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, com base no índice acumulado do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) **editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC**, e posteriormente a cada período de 12 (doze) meses, ou na falta deste, com base na variação de outro índice oficial do governo.

8.1.1 - A concessão do reajuste dar-se-á retroativamente à data do termo final do

interregno de 12 (doze) meses, após devidamente analisado pelo CONTRATANTE.

8.2 - A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro por meio de documentação que evidenciem a majoração dos custos, avaliados face às planilhas de composição de preços pertinentes e após ampla pesquisa de mercado.

8.3 - A revisão deferida pelo CONTRATANTE será concedida retroativamente à data em que foi protocolado o pedido pela CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV, art. 87 da Lei nº 8.666/93 e art. 7º, da Lei nº 10.520/2002.

a) **Advertência:** na ocorrência de irregularidade das Certidões Tributárias conferidas mensalmente para o pagamento, e outros descumprimentos de menor gravidade;

b) **MULTAS:**

b.1) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, quando deixar de apresentar o Relatório de Ocorrências, quando solicitado pelo gestor;

b.2) Multa de até 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor total do contrato, por atraso de até 10 (dez) dias no fornecimento e/ou configuração do sistema de alarme;

b.3) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, por atraso superior a 10 (dez) dias no fornecimento e/ou configuração do sistema de alarme;

b.4) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, por incidência igual ou superior à 50% (cinquenta por cento), das falhas previstas no item 8 da Tabela 3 “Relação de Falhas” do Instrumento de Medição de Resultado, Anexo IV;

b.5) Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, por atraso superior a 30 (trinta) dias no início da prestação dos serviços;

b.6) Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por descumprimento de outras obrigações pactuadas que impliquem prejuízos ao CONTRATANTE;

b.7) Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, na ocorrência de quaisquer danos ao patrimônio monitorado;

b.8) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, por Inadimplência total do contrato ou pela cessação da prestação dos serviços, que implique em rescisão contratual.

9.2 - IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme previsto no art.7º, da Lei nº 10.520/2002, bem como o descredenciamento do Sicaf, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei nº 10520/02, pelo prazo de até 05 (cinco)

anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação, quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

9.3 - As multas imputadas à CONTRATADA cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

9.4 - A CONTRATADA autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

9.5 - As sanções de advertência bem como o impedimento para licitar e contratar com a União, poderão ser aplicadas juntamente com as multas convencionais e de mora, descontando-as dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

10.1 - Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

10.2 - Será também causa de rescisão se a CONTRATADA alocar funcionários, para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o artigo 3º da Res. nº 07, de 18/10/2005, com redação dada pela Res. nº 09, de 06/12/2005, ambas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS CASOS OMISSOS

11.1 - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO

12.1 - Fica eleito o foro de Curitiba/PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

12.2 - E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba.....de de 2020.

¹ Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.

.....
Representante Legal
p/ CONTRATADA

Dr. Valcir Mombach
Diretor-Geral - TRE/PR
p/ CONTRATANTE

Anexos do contrato:

1. Relação de Fóruns Eleitorais atendidos agrupados por regiões – anexo I-A;
2. Instrumento de Medição de Resultados (IMR) – anexo IV.